

## **Acumulo de forças e Estado em debate: a necessária mediação “democrática” na Estratégia Democrático-Popular para a revolução brasileira**

Stefano Motta\*

**Resumo:** O principal elemento de continuidade entre a Estratégia Democrática Nacional e a Estratégia Democrático Popular é a impossibilidade de uma estratégia e um programa socialista nos diferentes períodos históricos que marcaram estas estratégias e a necessidade de uma mediação “democrática” prévia (nacional, no caso da EDN, popular no caso da EDP), uma transição da transição. Nos parece que o elemento central desta continuidade tem a ver com uma determinada concepção de acúmulo de forças e de Estado na particularidade do Brasil, algo que por sua vez guarda coerência com determinadas concepções de poder, classe, hegemonia, legalidade/clandestinidade/ruptura, socialismo/democracia, partido. Recuperando um texto de 1986 de uma Mesa Redonda sobre a estratégia da revolução brasileira entre Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, João Machado e Theotonio dos Santos, levantaremos algumas questões: há exclusividade entre guerra de posição e guerra de movimento no “ocidente”? Na concepção de guerra de posição como revolução processual, o que se entende por acúmulo de forças? Há momentos de ruptura (ou de salto de qualidade) neste acúmulo (ou nessa disputa de hegemonia), e o que se entende por ruptura? O que fazer com a legalidade do Estado burguês: respeita-la, disputa-la “democraticamente” ou destruí-la? O que significa tomar o poder? Qual é a concepção de socialismo como processo de aprofundamento da democracia? Qual é a concepção de partido necessário para esta transição? Quando começa esta transição? Procuraremos responder estas questões dando diretamente a palavra aos autores, comentando criticamente suas formulações e mostrando a realização da EDP a partir destas concepções.

**Palavras-chave:** Acumulo de forças. Estado. Estratégia Democrático Popular.

### **Accumulation of forces and State debate: the necessary “democratic” mediation in Popular Democratic Strategy for Brazilian revolution**

**Abstract:** The main point of continuity between National Democratic Strategy and Popular Democratic Strategy is the impossibility of a socialist programme and the necessity of a previous “democratic” mediation (national, in the NDS, popular, in PDS), a transition of the transition. We argue that the central point of this continuity has to do with a determined conception of accumulation of forces and State in Brazilian particularity, something that is related with a determined conception of power, class, hegemony, legality/clandestinity/rupture, socialism/democracy, party. Starting from a 1986 text of a round table debate upon the strategy of Brazilian revolution between Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, João Machado and Theotonio dos Santos, we will raise some questions: is there exclusivity between war of position and war of manoeuvre in the “west”? In the conception of war of position as procedural revolution, what is the understanding of accumulation of forces? Are there moments of rupture (or quality leap) in this accumulation (or in this dispute of hegemony), and what is the understanding of rupture? What is to be

---

\* Professor da Universidade Castelo Branco.

done with bourgeois state legality: respect it, dispute it “democratically” or destroy it? What does it mean to take the power? Which is the conception of socialism as a deepening democracy process? Which is the conception of party required to undertake this transition? When does this transition start? We will try to answer these questions giving the floor to these intellectuals, commenting critically their formulations and showing how PDS has been realized according to the implementation of these formulations.

**Keywords:** Accumulation of forces. State. Popular Democratic Strategy

## **1. O “ciclo do PT” - Estratégia Democrática Popular como ruptura/reprodução do “Ciclo do PCB” - Estratégia Democrática Nacional**

Não pretendemos aqui resgatar a história que levou ao surgimento do PT, as suas metamorfoses (para isso ver IASI 2006), nem tampouco fazer um balanço dos últimos 13 anos dos governos petistas. O que nos propomos é aprofundar o inventário<sup>1</sup> sobre o último ciclo histórico do Brasil, o “ciclo do PT” ou a estratégia democrática popular, centrando mais a atenção sobre o debate entre democracia e socialismo. Esse inventário faz parte de um trabalho coletivo empreendido nos últimos anos pelo Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, através do Curso “História do movimento operário no Brasil – a Estratégia democrática e popular” e de vários grupos de estudo, entre outros o “grupo do inventário” no Rio de Janeiro, um coletivo de estudo sobre a Estratégia Democrática e Popular organizado pelos monitores do 13 de Maio e outros militantes, e de alguns trabalhos de sistematização desse esforço coletivo, principalmente no texto de Mauro Iasi “O PT e a revolução burguesa no Brasil” e o de Caio Martins, Isabel Mansur, Stefano Motta, Victor Neves e Fernando Prado “*A Estratégia Democrática e Popular e um inventário da Esquerda Revolucionária: Socialismo ou Democracia?*”.

O Golpe militar de 1964 mostrou o equívoco da tese do PCB sobre uma suposta “burguesia nacional” que se contraporía aos interesses do imperialismo e do setor agrário, e em 1966 Caio Prado (1968) escreve a *Revolução Brasileira* questionando o entendimento de um Brasil como uma formação semifeudal e mostrando como as relações econômicas desenvolvidas se assemelharam mais ao assalariamento e ao trabalho livre e que o “sentido da colonização” teria tornado o Brasil numa “empresa

---

<sup>1</sup> Aqui nos referimos a concepção de inventário nos termos expostos por Gramsci: “o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário (GRAMSCI, 2001, p. 1376, *Quaderno 11 § 12*).

capitalista”. Apesar disso, reconhece alguns vícios orgânicos da formação social brasileira como a concentração de renda, da propriedade fundiária e as desigualdades regionais.

Para ele é impossível a revolução socialista nas condições do Brasil daquela época. Faltariam condições subjetivas (após 64 a classe trabalhadora estava derrotada) e objetivas (não haveria meios científicos e técnicos para uma economia planejada e faltaria uma demanda suficiente em consonância com as necessidades vitais e incentivos produtivos). Para ele, a solução é o desenvolvimento geral, não só da burguesia, e sustentável, criando uma demanda interna para incentivar o crescimento. Não teria que se eliminar a iniciativa privada, mas a livre iniciativa privada. Essa teria que ser orientada, regulada pelo Estado. O fator que puxaria o desenvolvimento não seria o lucro, mas a organização da demanda. Ele sustenta a tese do mercado interno de massa: impor ao Estado, por pressão de uma aliança entre proletariado urbano, rural e camponês, um planejamento para reativar e organizar a demanda. Isso se sustentaria na abstração de um desenvolvimento distributivo com controle social do mercado e voltado ao mercado de massas, dirigido e induzido pelo Estado.

Em 1976 Florestan Fernandes (1976) publica a *Revolução Burguesa no Brasil*, e da mesma forma que Caio Prado Jr., associa os problemas da formação social brasileira ao caráter dependente do capitalismo brasileiro e não a uma falta de desenvolvimento capitalista. A diferença de Caio Prado Jr. que aposta na possibilidade das forças populares ser capazes de pautar suas demandas por meio do Estado no sentido de um desenvolvimento sustentável de caráter nacional, Florestan vê uma impermeabilidade do Estado Burguês antes as demandas populares. Para ele isso se deve ao fato que pelos próprios aspectos estruturais do capitalismo brasileiro, acima citados (dependente, subdesenvolvido e periférico), a revolução burguesa no Brasil assumiu um caráter de *modernização conservadora*, ou seja, produziu uma separação entre o desenvolvimento capitalista e o caráter democrático e nacional, deixando, portanto, “em atraso” as conquistas democráticas próprias das revoluções burguesas. Este elemento estrutural da modernização capitalista no Brasil seria a causa do caráter autocrático do Estado burguês e de sua impermeabilidade ante as demandas populares:

Florestan caracteriza a irrupção da dominação burguesa no Brasil como fundada em um modelo *autocrático burguês* que, se apropriando de elementos arcaicos, acorrentava a “expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista”. A forma autocrática amalgamava um desenvolvimento em que os elementos mais atrasados se repõem

permanentemente “como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’ (MANSUR et al, 2014, p.6).

Na mesma linha de Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho (1979) recupera a categoria de via prussiana para explicar o caráter da modernização brasileira, que teria ocorrido através de um pacto entre frações da classe dominante imposto pelo alto, sem a participação dos de baixo, portanto teria levado a burguesia brasileira a exercer uma “dominação sem hegemonia”.

Em 1978 a classe operária entra em cena através das greves do ABC paulista e se articula a uma série de outros movimentos sociais, fundamentalmente ligados as Comunidades eclesiais de base e ao movimento estudantil na luta contra a ditadura e no processo de democratização e marcarão o começo de um novo ciclo histórico.

Para Carlos Nelson Coutinho, o processo de democratização que se desatou no final dos anos 70 implicou num fortalecimento da sociedade civil que obrigaria as classes dominantes a aceitar as demandas vinda dos de baixo e, portanto, abriria espaço para inverter a tendência da via prussiana e passar a uma “dominação com hegemonia”. Esta renovação democrática permitiria a irrupção de uma democracia de massa que permitiria um controle progressivo do Estado; isso permitiria não apenas realizar as “tarefas em atraso”, mas impulsionar progressivamente uma série de reformas que gradualmente levariam a superação do capitalismo. A luta pela democracia se tornaria, portanto, estratégica, posto que criaria os pressupostos necessários para o avanço ao socialismo.

Florestan Fernandes valorizaria a luta contra a ditadura, pois segundo ele, não seria suficiente a disputa do Estado por parte de um partido político para superar o capitalismo, mas seria necessária a organização de um movimento socialista que articulasse as lutas dos trabalhadores contra a ordem do capital. Com as greves de 1978, enxerga que essa possibilidade das lutas por uma democracia ampliada permitiria transformar uma revolução “dentro da ordem” numa revolução “fora da ordem”. A diferença com Coutinho é que ele não vê a possibilidade de chegar ao socialismo por uma democratização progressiva do Estado já que, pela própria intransigência da burguesia, este seria impermeável às demandas vindas dos de baixo. O cenário mais provável seria, para ele, de que a burguesia estaria disposta a ceder muito pouco para os trabalhadores abrindo assim a possibilidade de uma ruptura socialista.

Em resumo, podemos ver que existe uma convergência dos três autores com

relação aos elementos estruturais da formação social brasileira: a forma dependente de desenvolvimento do capitalismo brasileiro teria levado a uma fusão de interesses entre as classes proprietárias (latifundiários, burguesia nascente em associação subordinada ao imperialismo) que teria exercido seu poder através de uma “dominação sem hegemonia” (Coutinho) ou a uma “autocracia burguesa” (Fernandes) e a causa dos problemas fundamentais do Brasil não se deveria a uma falta de desenvolvimento capitalista como hipnotizado pelo PCB, mas ao caráter dependente e periférico do capitalismo no Brasil.

A crise da ditadura abriu um novo ciclo, para Coutinho, alterou a correlação de forças e consolidou uma sociedade civil forte “ocidentalizando” o Brasil, portanto, “ampliando” o Estado que agora poderia ser disputado, não seria mais mero comitê executivo da burguesia, permitindo assim reformas radicais que produzissem gradualmente mudanças estruturais. Para Prado Jr. e Coutinho estas mudanças poderiam acontecer através da pressão de forças sociais por dentro do Estado, enquanto Fernandes depositaria a possibilidade de uma transição ao socialismo a um movimento socialista que ao se chocar com impermeabilidade do Estado burguês impulsionaria uma ruptura socialista.

Temos, portanto, outro elemento comum aos três autores, e inclusive ao PCB (e que reencontraremos nas formulações do PT e da EDP), que seria a impossibilidade da revolução socialista e a necessidade de uma mediação prévia: um desenvolvimento capitalista no caso da EDN do PCB e na reivindicação das demandas populares no caso de Prado Jr., Fernandes e Coutinho, embora com matizes diferentes; de fato para Prado Jr., esta organização das demandas seria necessária para um desenvolvimento sustentável e nacional orientando a demanda por parte do Estado; já para Fernandes e Coutinho (e veremos também para o PT) isso permitiria articular um programa anticapitalista, antimonopolista e antilatifundiário que, no caso de Fernandes, ao se chocar com a impermeabilidade do Estado autocrático levaria a uma ruptura, e, no caso de Coutinho e do PT, levaria a um conjunto de reformas através da articulação de formas de democracia representativa e direta (participação em eleições junto com a pressão do movimento de massa) que permitiria acumular forças para superar o capitalismo.

Consideramos que as formulações desses três intelectuais orgânicos da classe trabalhadora são peças chave para a realização do inventário sobre a transição do “ciclo

do PCB”, ou Estratégia Democrático Nacional, para o “ciclo do PT”, ou Estratégia Democrático e Popular, pois apesar deles não estarem organicamente vinculados ao PT em sua fundação representaram “a unidade e coerência de uma visão de mundo – do “máximo de consciência possível” do grupo social ao qual se vincula –, reproduzindo, no plano da teoria, o movimento social real experimentado empiricamente pela classe” (MANSUR et al, 2014). Suas formulações expressam o paradoxo entre a superação, e ao mesmo tempo a reprodução, de uma estratégia (EDN) para outra (EDP); procuramos entender o porquê desta contradição.

Mauro Iasi, que estudou o processo de fundação e metamorfose do PT (IASI, 2006, 2014, 2014b), identifica os seguintes elementos principais que embasam a EDP:

a) uma caracterização do Brasil como tendo um desenvolvimento capitalista no qual se reproduzem **desigualdades regionais** e sociais e que é marcado pela **marginalização dos setores populares** do espaço político; b) Um **Estado Burguês** que historicamente assumiu uma feição predominantemente **coercitiva** e que com a **abertura democrática** abre a possibilidade de uma real **ampliação da política para os “de baixo”**; c) a **impossibilidade** de uma **passagem imediata ao socialismo** o que implica em uma política de **acúmulo de forças**; d) este acúmulo de forças se fundamenta na **organização das demandas** populares a serem apresentadas tendo por eixo um programa antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário que **ao se chocar com o caráter autocrático** do Estado Burguês **levaria a uma ruptura** (em uma aproximação), ou que devido ao fortalecimento da sociedade civil poderia **levar gradualmente a um conjunto de reformas que superariam o capitalismo** (em outra); e) o **terreno desta luta seria o da democracia** e os principais **instrumentos seriam as lutas sociais** e a participação nas **eleições** que combinadas levariam, numa determinada **alteração na correlação de forças**, a chegar a pontos institucionais que poderiam **desencadear as reformas radicais**. (IASI, 2014)

Como vemos, nestes elementos estão recolhidas várias das formulações desses três autores até agora analisados; os elementos de descontinuidade com a EDN têm a ver com a caracterização da formação social brasileira e da modernização capitalista, conservadora e pelo alto, pelo caráter dependente e periférico do capitalismo brasileiro, o que implicaria a recusa de uma aliança com a burguesia já que esta não teria nenhum caráter nacional por estar subordinada ao imperialismo; e o elemento de continuidade tem a ver com a impossibilidade de uma estratégia e um programa socialista naquela época e a necessidade de uma mediação “democrática” prévia (nacional, no caso da EDN, popular no caso da EDP), uma transição da transição

(...) que se apresente antes das transformações socialistas objetivadas (seja no **PCB** como **etapa democrática burguesa**, seja no caso do **PT** do **acúmulo de forças** para um governo democrático e popular) (...) Significativamente as formulações do **PT** acabaram **presas** na fronteira **entre o rompimento e a reprodução** desta armadilha. **Rompe com a formulação de etapas do PCB** para **reapresentá-la novamente** de forma tragicamente caricatural. Na

versão original a **aliança de classes era com a burguesia nacional** e a tarefa era desenvolver o capitalismo. Na reencenação do drama a aliança **é com a pequena burguesia** para construir o “socialismo” (...)

Os acontecimentos mostrarão que justamente os dois elementos que o PT negou da estratégia democrático nacional, a recusa de uma aliança com a burguesia e a meta socialista, esvanecerão e será ampliando o leque de alianças até **incluir os empresários “de qualquer porte”** e será priorizado o **crecimento econômico** capitalista sob uma lógica “nacional”. [Hora Iasi se pergunta:] si os elementos centrais que marcaram a suposta “superação” da Estratégia Democrático Nacional esvanecem, em relação a que outro aspecto **permanece e se fortalece?** Parece que o aspecto central se encontra na lógica de uma determinada concepção de **acúmulo de forças** e, particularmente, numa certa **compreensão do Estado** neste processo” (IASI, 2014, p.16).

Sobre a questão do acúmulo de forças ele mostra como haveria uma contradição antagônica apontada pelos dirigentes do PT entre a radicalidade do apoio popular, que estreitaria a base eleitoral, e a necessidade de chegar ao governo para a execução do programa democrático e popular. José Genoíno, expressando o debate interno na direção do PT, afirmaria que seria desejável ampliar as alianças para ganhar a presidência e governar, ainda que a correlação de força não permitisse a plena execução do programa democrático e popular. Isso levará a uma progressiva moderação programática e finalmente a rendição ao pragmatismo.

**As alianças e o programa** se mostram, desta forma, **secundários** em relação **ao acúmulo de forças**, a **mediação democrática é mais essencial que seu caráter popular**, não por acaso, nas formulações o termo forte passa a ser **“uma revolução democrática”**, caindo para segundo plano o qualitativo popular (...) **Resta saber se este desfecho implica na ruptura da estratégia ou é uma consequência de sua efetivação (...)** a única maneira de assumir que o produto não corresponde a intenção política inicial é supor que as formas de implementação política poderiam levar a um resultado qualitativamente e essencialmente diverso (...) nos parece que **as mudanças de forma**, ainda que importantes e com resultados políticos muito diversos, **não teriam o poder de alterar os limites da formulação estratégica (...)** o **preço da governabilidade e do aparente sucesso de governo é o desarme das condições políticas, organizativas e de consciência de classe que poderiam apontar para uma ruptura com a ordem do capital. A super-exploração, as desigualdades e a dependência impunham um caráter limitado de uma democracia restrita e uma ampliação só poderia se dar na forma de uma democracia de cooptação. No entanto**, esta esbarrava na **intransigência dos setores burgueses** e na compreensiva resistência dos trabalhadores que não aceitariam a cooptação com o pouco que seria possível oferecer-lhes. **O PT ofereceu a saída para este impasse. Organizou o consenso** entorno de uma alternativa que garante os patamares de acumulação de capitais e o **apassivamento dos trabalhadores** nos limites da ordem burguesa **em troca de dois aspectos essenciais: emprego e capacidade de consumo** para os empregados e **programas sociais compensatórios, focalizados** e neo-assistenciais, para os miseráveis (IASI, 2014, p. 17).

Eurelino Coelho (2012) chegará a conclusões parecidas às do Iasi sobre o fato que o desfecho da estratégia liderada pelo PT se deteria mais ao desenvolvimento da

estratégia nas condições do capitalismo brasileiro do que a uma traição da estratégia. Ele analisará como apesar do programa do PT não ter muitas novidades com relação à socialdemocracia clássica europeia, fundado numa política de colaboração de classe e políticas distributivas para organizar melhor o capitalismo, a nova Esquerda brasileira para o capital não terá as mesmas condições de realizar esse programa num país de capitalismo periférico como o Brasil, sujeito ao saque imperialista sob hegemonia do capital rentista, onde as margens de lucratividade não permitiram, portanto, a criação de um *Welfare State*:

Nestas novas condições, a colaboração de classes, para ser possível, teve de mudar de eixo: ao invés de políticas gerais de distribuição de renda, exigidas por uma classe trabalhadora fortalecida e organizada, **o que restou do ideário social-democrata foram políticas focalizadas de efeito compensatório, concedidas a uma classe derrotada** (...) uma nova edição da estratégia de colaboração de classes para retomar o desenvolvimento com base na **expansão do mercado interno e distribuição de renda** (COELHO, 2012, pp. 338-339).

Por conta dessa condição estrutural de dificuldade de implementar esses dois pilares da política de colaboração de classe brasileira, a esquerda para o capital teria, de acordo com ele, assimilado o neoliberalismo apesar do seu discurso crítico ante este (a implementação do receituário neoliberal pode-se ver nas políticas de privatizações desde o começo do primeiro governo Lula com a reforma (privatização) da previdência, a da Petrobrás, da saúde e educação com as OS, além dos planos de austeridade fiscal, a flexibilização das relações de trabalho com as diferentes formas de precarização e terceirização do trabalho, etc.).

O neoliberalismo é muito mais que uma opção de governo: ele é uma das faces da ofensiva burguesa na crise do capitalismo tardio (...). O **programa *soi-disent* anti-neoliberal da esquerda do capital** já surge, portanto, sob a ameaça da provável **impotência diante das demandas distributivas e por desenvolvimento**. Isto, **porém, não condena** de antemão essa esquerda ao **fracasso político**. Enquanto for possível empregar suas posições no movimento social para manter **desorganizado o descontentamento** das classes subalternas, ou, o que dá quase no mesmo, enquanto for possível organizar este descontentamento esconjurando o “espírito de cisão”, **A eficácia** desta estratégia **depende**, portanto, **de uma acomodação** dos movimentos das classes subalternas aos limites traçados pela esquerda do capital (COELHO, 2012, p. 340-341).

Nas condições do Brasil, se para Iasi a ampliação da “democracia restrita” só poderia resultar numa “democracia de cooptação”, para Coelho, a partir da impossibilidade de reedição do programa socialdemocrata clássico, a única forma para a realização desta estratégia seria a partir da “desorganização do descontentamento” ou também da sua organização “esconjurando o espírito de cisão”. Ambas posições

excluem a ideia de uma traição da estratégia e atribuiriam seu desfecho ao próprio desenvolvimento da mesma. Esta conclusão é a mesma a que chegamos (Mansur et. al):

a lógica interna desta Estratégia, sua tensão permanente entre acúmulo de forças e ruptura, tende a constrangê-la nos marcos da ordem burguesa. Isto nos leva a afirmar que a Estratégia Democrática e Popular foi plenamente desenvolvida nos três sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores. A expressão mais clara de seu encerramento deu-se nas manifestações de Junho de 2013, ou “*jornadas de junho*”. A Estratégia Democrática e Popular, portanto, não foi abandonada, nem traída, nem rebaixada: ela foi realizada nas condições próprias que as suas contradições internas apontavam (MANSUR et al, 2014, p.22).

Há um setor da esquerda, incluindo uma esquerda socialista, que questiona esta tese e acha que o abandono/traição/rebaixamento da estratégia se deu pelo fato do governo do PT ter feito uma opção política: para alguns, trair a classe trabalhadora e seu projeto, para outros privilegiar a disputa institucional à organização e mobilização do movimento de massa. Segundo eles, outra história teria sido se tivesse cumprido com a aplicação da estratégia original, implementando a política de pinça (inserção no Estado junto com pressão dos movimentos de massa para realizar as reformas), e que teria sido esta opção política que levou ao apassivamento e despolarização da classe trabalhadora e sua derrota. Mauro Iasi menciona o exemplo de governos como o da Venezuela e da Bolívia como expressões de uma estratégia democrática popular radicalizada que potencializa a luta de classe, a diferença da experiência brasileira, mas que não sai das contradições de uma mediação democrática, radicalmente popular, que não avança na direção de uma ruptura socialista.

## **2. Acúmulo de forças, Estado, poder, classe, hegemonia, legalidade/clandestinidade/ruptura, socialismo/democracia, partido: concepções em disputa de estratégias em disputa**

Para desatar os nós dessa polêmica e defender nossa tese precisamos voltar a um ponto central apontado na argumentação de Iasi e que procuraremos aprofundar aqui: o esvanecimento dos elementos que o PT negou da EDN, isto é a aliança com a burguesia e a meta socialista, se deve a uma certa concepção de acúmulo de forças que se torna central na EDP. Consideramos que uma determinada concepção de acúmulo de forças está atrelada a determinadas concepções de Estado, poder, democracia/socialismo, respeito da legalidade- ruptura-violência, partido; e que todas estas determinadas concepções estão atreladas entre si de forma unitária e coerente numa determinada estratégia. Consideramos importante aprofundar estas distintas concepções e sua articulação entre elas na EDP para demonstrar que ela foi realizada de acordo com as

concepções que a embasaram.

Para isso, há um texto que nos parece chave analisar, já que aparecem estas diferentes concepções em disputa, pois foi fruto de um debate de 1986 entre intelectuais orgânicos do PT e da classe trabalhadora em geral que tiveram uma influência direta nas formulações do PT; trata-se de uma Mesa Redonda sobre a estratégia da revolução brasileira entre Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, João Machado e Theotonio dos Santos. As posições de Coutinho e Weffort expressam os fundamentos das formulações do PT e da EDP e as polêmicas que João Machado e Theotonio levantam nos permitem entender o porquê a EDP foi realizada de acordo as concepções que a embasaram e ao mesmo tempo o porquê consolidou a ordem burguesa.

O primeiro ponto chave deste debate é sobre o caráter da revolução a partir do grau de “ocidentalização” do Brasil. Coutinho (1986) argumentará a atualidade de uma revolução processual, entendida como “uma série de eventos que ocorrem numa fase histórica prolongada mais ou menos prolongada” (COUTINHO, 1986, p.132), a partir do grau de “ocidentalização” da sociedade brasileira:

creio que o Brasil está já a alguns anos num processo de “ocidentalização”, ou seja, a sociedade civil tem se tornado cada vez mais complexa em nosso país e a concepção que devemos ter do processo revolucionário ou de transformação socialista está muito mais próxima da concepção *processual* da revolução, da ideia de uma “**guerra de posição**” como estratégia dominante do processo revolucionário, do que a velha concepção de revolução explosiva (...) o sentido gramsciano de “ocidental” é, sobre tudo, político-social: sociedade “ocidental” é aquela sociedade onde há uma disseminação do poder pelos múltiplos aparelhos da sociedade civil, sem sua concentração exclusiva no Estado-coerção (COUTINHO, 1986, pp. 132-133).

Weffort apoiará a posição do Coutinho explicitando mais os argumentos:

O Brasil de hoje, o Brasil dos anos 80 – confrontado com o Brasil dos anos 50 – é um Brasil policêntrico. Não existe nenhuma Paris, nenhuma Petrogrado e nenhuma Havana, a qual as tropas revolucionárias acorram num momento de triunfo. Não existe Palácio de Inverno para tomar (...) o que é a sociedade ocidental? (...) as formas de dominação dentro da sociedade não são articuladas apenas no Estado (não apenas através da coerção, nem apenas através do direito) mas também através da ideologia, da educação, da religião, de todas as formas de vida social e cultural que se imagine (...) isso não significa que o conceito de revolução tenha perdido sentido. Significa, porém, que o conceito de revolução muda. A ideia de revolução processual não é a perda do sentido da ideia de revolução. É, pelo contrario, a atualização do sentido da revolução (WEFFORT, 1986, p. 143).

A primeira observação importante fazermos sobre esse ponto é que tanto Coutinho como Weffort atrelam “ocidentalização” à revolução processual ou guerra de posição, como se houver uma exclusividade da guerra de posição ou revolução

processual nas sociedades “ocidentais”; este não é o sentido que o Gramsci dá a “guerra de posição” mas sim o dos intérpretes eurocomunistas. Gramsci não exclui o uso da força nas sociedades “ocidentais”, apenas alerta que nestas sociedades onde “o Estado é só uma trincheira avançada, atrás da qual se ergue uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI, 2001, p. 866, *Quaderno 7 § 16*) não é suficiente a força para aniquilar os adversários, mas será preciso também o “estabelecimento de inúmeras trincheiras, o que envolve uma extensa organização industrial, técnica, de abastecimento e de unificação de massas humanas dispersas, de forma a que tais trincheiras atuem como espaços que combinam defesa e ataque” (FONTES) e destaca a importância da formação de uma “vontade coletiva nacional popular” e de uma “reforma intelectual e moral”<sup>2</sup> das quais o partido, ou o “moderno príncipe”, será o principal impulsionador e organizador (GRAMSCI, 2001, pp. 952-953, *Quaderno 8 § 21*). Mauro Iasi concordando com esta posição afirma que:

para Gramsci não se trata de abandonar a guerra de movimento ao assumir a guerra de posições, uma vez que ele **não abdica da tomada do poder do Estado, sua destruição e substituição por um Estado proletário**. A guerra de posições, a disputa de hegemonia, antecede e prepara o assalto ao poder, portanto **em algum momento a guerra de posições deve virar guerra de movimento**” (IASI, 2014b, p. 94).

Na Mesa Redonda João Machado levantará essa mesma questão como, a nosso ver, uma das centrais do debate, pois terá desdobramentos sobre outros pontos chave, em particular sobre a questão do acúmulo de forças e dos momentos de ruptura nesse acúmulo:

colocar o problema dessa forma – revolução explosiva versus revolução processual – não é bom. Acho que qualquer revolução que seja propriamente uma revolução, isto é, uma mudança radical das bases sociais, econômicas, políticas do país, **tem um determinado momento explosivo**. Isso é decisivo e tem que ser enfatizado. Por mais que possamos reforçar a importância de um período de acumulação prévia, ou coisa que o valha, esse momento explosivo não pode ser afastado, a não ser que admitamos a ideia que as classes dominantes no Brasil ou em outro país vão se conformar com a perspectiva de entregar pouco a pouco o poder, o que não me parece de maneira nenhuma uma perspectiva realista (...) um momento “explosivo” é obrigatório; um momento de enfrentamento entre, vamos dizer, blocos sociais antagônicos, de disputa de poder político. **A vitória da revolução vai significar a destruição de um determinado tipo de Estado e a construção de um outro tipo de poder político** (MACHADO, 1986, p.136).

A posição de Iasi e Machado, que suportam nossa tese de que não há uma

---

<sup>2</sup> Que já vimos que para o Gramsci “não pode estar desvinculada de uma reforma econômica” já que “tem seu fundamento no núcleo decisivo da atividade econômica”, ou seja nas relações sociais de produção (formas de propriedade e divisão social do trabalho).

exclusividade entre guerra de posição e guerra de movimento nas sociedades “ocidentais”, mostra que é imprescindível o momento da guerra do movimento (colocando a questão do poder, da toma do poder do Estado, sua destruição e a construção de outro poder e outro Estado) ou da ruptura nesse “processual” acúmulo de forças da guerra de posição e nos levam a outros pontos do debate, todos concatenados entre eles: o que se entende então por acúmulo de forças e, a partir disso, qual é o arco de alianças a ser construído (e como se preserva e fortalece a independência de classe nesta aliança) e o que fazer com o Estado burguês e sua legalidade (essa questão estará no centro do debate sobre as diferentes concepções da revolução chilena que veremos mais a frente).

Machado reconhece a validade de pensar na guerra de posição como momento de acúmulo de forças, mas esclarece o que ele entende por acúmulo de forças:

não podemos esquecer a componente da guerra de posição já que o enfrentamento precisa ser preparado e portanto pressupõe um acúmulo de forças. Em particular pressupõe a **conformação de um bloco social das classes e setores dominados**, explorados, oprimidos, para enfrentar as classes dominantes, pressupõe o **aumento do nível de organização** desse bloco, pressupõe o **desenvolvimento de uma consciência de um projeto revolucionário claro**, que dê a este bloco condições de enfrentar o poder, de disputar o poder, que não se coloca em qualquer momento mas pressupõe uma situação específica que podemos chamar de crise revolucionária (...) esse processo de acumulação prévia, de guerra de posição ou revolução processual anterior ao momento do enfrentamento, para conduzir a bom resultado tem que se dar na perspectiva de uma revolução que deverá ser **hegemonizada fundamentalmente pelo proletariado**, tem que se dar numa perspectiva de **independência de classe**, e essa é possivelmente uma das questões mais importantes a enfatizar, pois é provavelmente polêmica. Ou seja: deve-se ter claro que tipo de acúmulo de forças os setores revolucionários devem buscar, para avançar na direção da revolução. Devemos ter claro o que constitui de fato o fortalecimento desse campo, e ali acho claro que é: o fortalecimento das organizações próprias da classe operária e do proletariado no sentido amplo (...) assim, o decisivo em termos de **acúmulo de forças**, de preparação para o enfrentamento com o Estado burguês, com as classes dominantes, **é o fortalecimento do campo operário-popular**. É claro que, além disso, pode haver alguma conquista de espaço no interior do próprio Estado burguês, por exemplo a conquista de uma prefeitura, de um governo estadual, mas isto é secundário, e acho que deve ser visto fundamentalmente como conquista de pontos de apoio para uma luta geral e não como início de um processo de mudanças que se faria pouco a pouco. (MACHADO, 1986: pg. 137).

Compartilhamos desta concepção de acúmulo de forças entendida como o “fortalecimento de um campo operário-popular” hegemônico pelo proletariado com independência de classe e que se fortalece na medida que “aumenta o nível de sua organização, da consciência de um projeto revolucionário claro” e, agregaríamos, da ação revolucionária desse bloco contra a burguesia que lhe permita de se constituir

enquanto classe. Ou seja, é a concepção de um acúmulo de forças que cresce na medida em que se “constrói a classe”, ou mais precisamente, na medida em que se controle o poder dos/as trabalhadores/as enquanto classe.

Weffort e Coutinho questionarão esta posição do Machado sobre esses dois pontos chave do debate: a necessidade de um momento de ruptura (salto de qualidade) nesse acúmulo de forças e o arco de alianças a construir, questões vinculadas entre elas e por sua vez estritamente relacionadas com a concepção de democracia, socialismo, respeito da legalidade burguesa e, a partir de tudo isso, da forma de partido necessária para esta transição.

Alguém vai dizer que há rupturas. Sim, é evidente, **as rupturas estão ocorrendo todo dia!** Quem pensa que a revolução processual é uma espécie de “água de laranja” do processo revolucionário se engana. O que ocorre no Brasil, por exemplo, é de uma notável brutalidade. Se o problema é a violência, o sangue está correndo na rua, é só querer ver. É só ver quanto se mata de liderança camponesa, ou quanto morre de criança na cidade de São Paulo. É só ver o dengue no Rio de Janeiro. A violência deixou de ser algo que pudesse ser controlado pelo Estado liberal, pelo menos em sua forma clássica, o famoso Estado Guardião. **A violência se dissemina na sociedade**, como fora antes do Estado liberal. Numa sociedade como essa como recolocar o problema da violência no processo de transição revolucionária? A ideia de revolução como acontecimento à volta do Estado é afim a ideia do Estado como centralizador da violência. Podia-se pensar, então, num anti-Estado que era o partido revolucionário, que definia uma estratégia na qual ele incluía também um cálculo sobre a sua própria capacidade de violência. Quando se falava de **destruição do Estado** falava-se de um partido que deveria ser capaz de reproduzir na luta contra a classe dominante a violência que o Estado produzia contra as classes populares ou contra o povo. Esta possibilidade não existe na sociedade americana. **Não existe no Brasil. O que existe é a possibilidade de uma grande luta social, multifacetada, diferenciada em todas as frentes.** Aí a questão do socialismo e a questão da democracia não se dissociam. No Brasil, a luta pela democracia é já, aqui e agora, uma luta pelo socialismo (...) o desenvolvimento do capitalismo, nas circunstâncias em que se deu aqui, levou a um casamento entre a concentração do poder burocrático (militar) do Estado e a concentração do grande capital sob as formas de monopólio e oligopólio. Nesta sociedade temos uma  **fusão entre concentração do poder e concentração do capital, de tal modo que construir a democracia no Brasil é conferir a sociedade capacidade de controle e de gestão sobre a economia.** Neste sentido, construir a democracia no Brasil, é indubitavelmente, colocar o problema da socialização da produção (WEFFORT, 1986, p. 143-144).

Vários aspectos merecem ser destacados nessa passagem que, apesar de ser de autoria de Weffort é compartilhada por Coutinho, que diz explicitamente “difícilmente poderia defender minhas posições com tanto brilhantismo quanto o Weffort o fez”.

Primeiro, dizer que as rupturas acontecem todos os dias e que a violência está disseminada na sociedade, e está em todas as atividades políticas possíveis, é como dizer que as revoluções e a luta pelo poder acontecem todos os dias; este é alias o *leit*

*motiv* do discurso **pós-moderno** de acordo com o qual o poder esta em todos os lados, em todas as relações humanas, ele esta difuso na sociedade (na relação pai-filho, padre-fiel, professor-aluno, homem-mulher, etc.) e, portanto, não adianta tomar o poder do Estado mas o que é preciso é transformar estas micro relações de poder todos os dias; cada luta em cada um desses espaços é uma revolução e se todo mundo fizesse sua própria revolução chegaríamos a uma sociedade emancipada. Pena que esse discurso ignora o fato que a violência “da criança da cidade de São Paulo” ou “do sangue que corre na rua” é fruto do exército de reserva produzido necessariamente numa sociedade capitalista ou a violência do “dengue no Rio de Janeiro” é fruto da falta de uma política de prevenção (já que isso não gera lucros para os monopólios farmacêuticos) e do sucateamento do SUS e a transferência do fundo público as empresas de saúde OS, ou a violência de gênero é a daquele/a trabalhador/a que volta em casa depois de ter trabalhando 10 horas mais 3 a 4 horas de deslocamento, recebendo um salário miserável, sendo hostilizado pelo patrão, insultado pelo motorista (que esta trabalhando há 12 horas), parado pela polícia que o esculachou ou forjou, e ainda está com uma doença que não sabe como curar porque a fila do SUS tem uma lista de espera de 3 meses; ou seja, as violências ao que se refere Weffort fazem todas parte de uma violência maior que é a causa fundante destas: as permanentes expropriações do capital ao trabalho; com isso não estamos dizendo que não seja importante e necessário lutar desde já, por exemplo, contra qualquer tipo de violência de gênero, mas não podemos ter a ilusão que ela acabe no marco de relações capitalistas.

Sobre a questão das rupturas Coutinho concorda no essencial com Weffort embora tem uma formulação mais sofisticada:

estou convencido - e creio que Weffort também falou sobre isso – de que a **processualidade da transição** absolutamente **não elimina momentos de ruptura**. Apenas penso que não se pode mais conceber a transformação como uma ruptura única, situada num Dia-D, mas como **uma série de rupturas** (...) minha concepção processual de transição ao socialismo requer de uma progressiva introdução na sociedade do que eu chamaria de “**elementos de socialismo**”. Por exemplo: um dos traços do socialismo é o **controle publico de setores básicos do aparelho econômico**. Ora, no Brasil o papel do Estado na economia é imenso. Então, o simples fato de que venha a existir no Brasil um Estado democrático, no qual haja um **controle democrático efetivo sobre esse setor da economia sob propriedade estatal**, esse fato permitiria já incluir na vida social brasileira elementos de socialismo. De modo mais amplo, eu diria que a democracia é um *pressuposto* da luta pelo socialismo, mas um pressuposto que é, ao mesmo tempo, sempre *reposto*. Não se pode lutar pelo socialismo sem se lutar pela democracia, e não se pode construir o socialismo sem continuar aprofundando a luta pela democracia. **A democracia se relaciona com o socialismo como um *pressuposto reposto***. Ela é um ponto de partida e um

ponto de chegada, mas um ponto de chegada que serve novamente como ponto de partida, e assim permanentemente. E essa reposição não é uma reprodução simples, mas uma reprodução ampliada (COUTINHO, 1986, pp.145-146).

Mas o discurso de Weffort vai mais longe pois se a violência já está disseminada na sociedade ela não estaria mais centralizada no Estado (como nas sociedades “orientais”) e portanto não faria sentido construir um partido como anti-Estado<sup>3</sup>, como prefiguração de outro Estado. Nas sociedades “ocidentais”, diz ele, “temos um fenômeno de estatização, em sentido amplo, da sociedade. Significa dizer que o Estado se sustenta numa rede imensa de associações privadas, isto é, nas escolas, empresas<sup>4</sup>, instituições em geral, etc.” (WEFFORT, 1986, p.149). Portanto no Brasil (sociedade “ocidental”) **não existiria a possibilidade da destruição do Estado**, mas apenas o fomento “de lutas, multifacéticas em todas as frentes”, portanto “amplas”, ao igual que as alianças que terão que ser construídas, porque quanto mais amplas forem mais poderiam ter força<sup>5</sup>.

Quando João propõe a acumulação de forças no sentido da formação de um bloco operário-popular, acho respeitosamente que ele estreita o campo possível. E estreita o campo possível em prejuízo do próprio movimento, da própria transformação. **Se a luta pela democracia é a luta pelo socialismo** a consequência política é que **este bloco não tem como ser operário e popular**. Tem que ser democrático-popular, **tem que ser muito mais amplo** (...) estamos longe do eixo clássico da relação de produção em que o eixo da

---

<sup>3</sup> Partido que, segundo ele, “reproduziria contra a classe dominante a mesma violência exercida pelo Estado contra as classes populares”. Aqui também há uma concepção de violência como algo acima das classes, como se a violência é a mesma independentemente da classe que a exerce (como se a violência dos Comuns em Paris fosse a mesma violência do exército de Thiers, ou a violência dos guerrilheiros de El Salvador, Nicarágua, Cuba fosse a mesma daquela dos soldados dos exércitos genocidas dos governos títeres do imperialismo norte-americano). É inegável que a consciência de um guerrilheiro que entra voluntariamente nas fileiras de um exército popular, recupera sua dignidade humana e está disposto a dar sua vida pela libertação de seu povo do jugo capitalista-imperialista (ou seja a ação de um ser social que lhe permite se suspender ao humano-genérico e se sentir-atoar como parte de uma classe) é absolutamente diferente daquela de um soldado recrutado à força por um exército de um governo títere de um país imperialista e que comete toda forma de crimes e violações de direitos humanos; sem esse fator subjetivo não seria explicável um acontecimento objetivo como o triunfo da revolução cubana, em especial o fato que um grupo de 12 sobreviventes da expedição do *Granma* chegasse a triunfar sob um exército de uma neocolônia dos Estados Unidos; Florestan Fernandes explicará esse fenômeno ao dizer que a guerrilha cubana na Selva Maestra criou um novo poder fundado numa nova sociabilidade que prefigurou o novo Estado cubano após de 1959.

<sup>4</sup> Interessante notar como para Weffort as empresas, entre as quais estão aquelas que produzem a mais-valia e portanto a riqueza de toda a sociedade, são apenas mais um dos espaços dessa imensa rede de associações privadas sob as quais o Estado se sustenta, mas não a principal.

<sup>5</sup> Esta foi a mesma posição de Berlinguer, Secretário do Partido Comunista Italiano, e de Corvalán, Secretário do Partido Comunista Chileno, quando diriam que a única forma de controlar o avanço da direita e do terrorismo na Itália e do fascismo no Chile seria ampliando a aliança com as Democracias Cristãs, respectivamente da Itália e do Chile, que no caso da Itália levou ao “compromisso histórico” e a claudicação definitiva do PCI na sua “via italiana ao socialismo” e no caso do Chile ao Golpe de Estado de Pinochet. O erro teórico-político desta posição é achar que a força, numa sociedade de classe, se encontra na maioria da população e não na força das classes (voltaremos sobre esse tema mais à frente).

atividade política global de um grupo se definiria em função dos seus interesses no processo de produção. Na medida em que incluímos mais gente, mais as pessoas entram, em função da posição que ocupam no eixo de dominação, no sistema de dominação social e no sistema de dominação política. Ao passar do conceito de bloco operário popular para o conceito de bloco democrático-popular, incluímos tanto aquele tipo de luta que diz respeito ao campo das relações de produção, quanto aquele tipo de luta que diz respeito ao campo das relações de dominação, que são muito mais amplas e mais complexas eixo (...) temos que manter um critério de independência de classe e isso é difícil. Por exemplo, **manteríamos facilmente a independência de classe se não tivéssemos ainda uma preocupação política.** Simplesmente **porque estaríamos sempre iguais** a nós mesmos na nossa identidade (corporativa) de classe. O problema é que a identidade de classe na política só se resolve num quadro de relações políticas, isto é, só se resolve na luta política. Não vamos resolver a questão da identidade de classe fazendo uma tautologia. Quer dizer, se nos somos um bloco operário-popular, o problema da identidade de classe está resolvido. Por que? Porque nós estamos com nós mesmos! O meu problema é manter a identidade de classe – bem como a identidade da luta socialista e a perspectiva da transformação da sociedade – no processo de uma luta na qual se incluem elementos heterogêneos, diferentes. Numa luta, portanto onde nossa **identidade de classe não está antecipadamente garantida**, onde **tem que ser conquistada a cada dia** (WEFFORT, 1986, pp. 149-150).

Aqui Weffort confunde independência e identidade de classe ao dizer que “manteríamos facilmente nossa independência de classe se estivéssemos entre iguais”, ou melhor, ele entende classe como algo estático, como aquele setor da sociedade que ocupa um lugar nas relações de produção e que luta por reivindicações corporativas, algo bem diferente de classe como processo de formação de um setor dos trabalhadores que podem adquirir consciência das contradições da sociedade capitalista e lutar pela sua superação (“classe para si”), e esse processo justamente só pode-se adquirir através do fortalecimento da independência de classe, ou seja, da independência com relação ao projeto e aos interesses da burguesia e de seu Estado. Portanto, um sindicato como espaço de “congregação entre iguais” pode ter ou não ter independência de classe.

Mas voltamos sobre a questão das alianças: para Weffort “se a luta pela democracia é a luta pelo socialismo o bloco não pode ser operário-popular, mas muito mais amplo, democrático-popular”, portanto, a questão da abertura do arco de alianças estaria vinculada com a concepção de democracia que por sua vez assume um valor estratégico, diria Coutinho, na luta pelo socialismo, pois a partir do processo de “ocidentalização” da formação social brasileira com a crise da ditadura haveria um salto de qualidade, uma oportunidade para que “o Brasil se torne definitivamente uma sociedade de tipo “ocidental”, isto é, democrática”, para que se realizem as “tarefas democráticas em atraso” e se avance progressivamente ao socialismo. Para isso, diz Coutinho:

Parece-me **necessário ainda**, neste período ou “etapa”, **uma aliança ou acordo**, no nível político, **entre a esquerda e os liberais** (...) Na medida em que ainda há muito a fazer no sentido de consolidar a sociedade civil, penso que essa aliança com os liberais é conjunturalmente importante, o que não anula, a necessidade de criar um bloco das esquerdas e começar desde já a brigar pela hegemonia. Mas ao lado desse aspecto conjuntural da aliança com os liberais, penso também num determinado acordo de longo prazo, um acordo que eu chamaria de estrutural, um verdadeiro “**compromisso histórico**”, **um acordo em torno da defesa comum das regras do jogo mínimas**. Vejam bem: ao contrário da luta livre, o boxe tem determinadas regras, o ringue tem tantos metros quadrados, não se pode bater abaixo do calção, não valem os pontapés, etc. Mas nem por isso o boxe deixa de ser uma luta. Penso que há liberais interessados em que a batalha entre eles e nós se dê segundo as regras do boxe e não como uma luta livre. Então se tivermos cacife suficiente para negociar com os liberais a construção e conservação de determinadas regras do jogo político, regras de tipo liberal democrático, que permitissem ao mesmo tempo um aprofundamento no sentido de formas mais participativas, então isso será muito bom para o avanço efetivo das lutas sociais no Brasil (COUTINHO, 1986, pp. 133 e 154).

Aqui Coutinho desconsidera o fato que a burguesia, ainda quando decida lutar publicamente o boxe nunca deixa de treinar clandestinamente a luta livre, pois esta outra forma de luta sempre é uma possibilidade para ela, que vai usar quando lhe convém, principalmente em caso de crise de hegemonia. O Estado burguês ainda quando aceita incorporar demandas da classe trabalhadora nunca vai abdicar do uso da coerção. Mauro Iasi expressa isso da seguinte forma:

O Estado-classe não pode se reduzir à formação do consenso e a hegemonia tem que ser couraçada de coerção. **A democracia não implica abdicar da coerção, ela a pressupõe** (...) a classe dominante, como aconselhava Maquiavel, nos tempos de paz, pensa nas coisas da guerra. No entanto, os trabalhadores que seguiram pelo caminho da disputa legal no interior de uma ordem legal e jurídica estabelecida estariam, por princípio, impedidos de uma alteração abrupta que levasse da guerra de posições para a guerra de movimentos (IASI, 2014b, p. 93).

Aqui entraríamos numa das armadilha da EDP: o salto de qualidade, representado por Coutinho pela crise da ditadura e a passagem de uma “dominação sem hegemonia” a uma “dominação com hegemonia”, implicaria na necessidade de disputar esta hegemonia (de acordo com a concepção eurocomunista e de Coutinho de hegemonia) e para isso de uma aliança ampla para definir “as regras do jogo”, portanto o respeito a legalidade do Estado burguês, retirando a possibilidade de uma ruptura dessa legalidade por parte dos trabalhadores (ao menos que a burguesia a quebrassem) ou qualquer momento de guerra de movimento; mais que um salto de qualidade pareceria uma camisa de força para os trabalhadores, uma perda de sua autonomia e independência de classe sobre as possibilidades de escolher as melhores formas de luta a partir da análise concreta de cada situação concreta.

Vemos, portanto, como o tema das alianças “respeito das regras do jogo” remete

ao tema da legalidade/clandestinidade da luta (que por sua vez implicará na forma de partido necessária para esta luta). Enquanto a burguesia se prepara para jogar sempre nos dois lados (legal e secreto) os trabalhadores estariam presos na legalidade burguesa e teriam que se preocupar das ações clandestinas só se a burguesia quebrar esta legalidade, ou seja, agiriam sempre de forma defensiva e despreparada. O tema da violência revolucionária foi sempre um tabu dentro do PT, pois afastaria os setores aliados, e além do mais não faria sentido colocá-lo já que a violência, como já vimos acima, estaria disseminada por todos os poros do Estado “ampliado”:

Posso imaginar alguém dizendo “pelo amor de Deus! Mas toda política pressupõe violência”. Ao que eu responderia: exatamente porque toda política pressupõe violência é que a possibilidade da violência esta em todas as atividades políticas possíveis. **Se vier a ocorrer um momento – ou momentos – de violência, a situação terá que ser enfrentada quando ocorrer**, nas circunstancias em que ocorrer (WEFFORT, 1986, p. 149).

Em 1987, justo um ano após a Mesa Redonda, num texto de disputa política interna dentro do PT, Mauro Iasi confronta diretamente esta posição “recuperando o marxismo”, de onde vem o título do documento, e coloca a questão da seguinte forma:

Aquele que ainda não perdeu de vista o marxismo sabe que a questão é a relação dialética entre ação legal e clandestina. **A questão é como aproveitar o espaço da ação legal para criar uma organização e uma estrutura que nos sirva de suporte para uma eventual (não quero que seja tão eventual) necessidade de utilização de meios clandestinos** para continuar a luta ou leva-la a um estagio mais avançado. Muitos simplificam a questão afirmando: não estamos numa época em que se precise falar em clandestinidade. Primeiro tal argumento desconsidera que da supremacia da burguesia tal época de plena legalidade não existe, ainda mais em se falando de uma transição conservadora que deixou intato todo o aparato repressivo da ditadura. Em segundo lugar que vão se montar uma estrutura de suporte para a ação clandestina no momento em que a virada do jogo político impõe o terror da reação burguesa ao movimento operário. **A legalidade serve exatamente para isso – para preparar a ilegalidade e não para distribuir ilusões na forma de folhetos e materiais eleitorais que tentam convencer a burguesia que “não somos tão radicais assim (...)** nessa confusão terrível entre objetivos táticos e estratégicos **acabamos caindo no paradoxo de na legalidade lutar pela legalidade** [esse será exatamente o mesmo paradoxo que enfrentará a Unidad Popular na revolução chilena]. Alguns outros nem sequer colocam tal questão atribuindo uma linearidade ao processo de **crescimento do movimento que chegaria pela via do convencimento da maioria da sociedade ao consenso da necessidade da transformação socialista**. Isto quer dizer, amargamente, que depois do esforço de Marx e Engels para transformar o socialismo utópico em científico, muitos hoje **empreendem a árdua tarefa de transforma-lo de científico em utópico** (IASI 1987).

Creemos que, assim como a guerra de posições não exclui a guerra de movimento e o acúmulo de forças nas posições ocupadas serve para preparar a ruptura para destruir o velho Estado e construir outro Estado, a legalidade serve para preparar a ruptura dessa mesma legalidade e não para ficar preso nela como um “enxame de moscas”, como diria

o Gramsci. Ruptura não como qualquer acontecimento de violência da vida cotidiana dos trabalhadores ou da micro-pequena política. Ruptura para nós é a negação do todo e não apenas das partes; é um salto de qualidade de uma totalidade para outra, significa romper com a ordem do capital para passar a uma ordem dirigida pelos trabalhadores, significa passar da ditadura da burguesia à ditadura do proletariado, significa romper com o Estado burguês, no seu conteúdo e na sua legalidade; portanto, revolução não é qualquer ato de questionamento de algum micro-poder; revolução é a alteração de um regime de propriedade de uma sociedade e, no caso da revolução socialista, é a socialização dos meios de produção, do poder político, da cultura, do conhecimento e da técnica. Se para Prado Jr., Coutinho, Weffort e o PT a revolução é um longo processo histórico de reformas sociais, políticas, econômicas, um processo para chegar a tomar o poder onde desaparece o momento da ruptura socialista; cremos-nos que “não há nenhum processo de longas transformações que não se resolva sem saltos de qualidade. A ideia de revolução como longo processo abole a revolução como ato político” (IASI, 2012). Antes o legalismo e o politicismo idealista lembramos da frase de Fidel Castro: “Una revolución no se hace con la ley, sino se hace la revolución y la ley viene detrás de la revolución” (CASTRO, 1983).

A questão da ruptura ou das “rupturas” (como entendem Weffort e Coutinho) então nos parece central para entender os limites e o desfecho da EDP. José Paulo Netto dissocia o atrelamento necessário entre ruptura e violência, mas enfatiza o conteúdo necessariamente de classe da ruptura:

O ato de forças não consistiria obrigatoriamente num conjunto de ações de violência, seletiva ou não, mas consistiria necessariamente, na **ruptura com uma dada legalidade**, com uma dada institucionalidade – em suma, consistiria **na eliminação do fundamento econômico, político e jurídico**, mas também cultural e psicossocial de classe burguês do poder político (NETTO, 1990, p. 94).

Tanto Marx como Lenin já tinham alertado sobre esta necessidade da ruptura de legalidade burguesa ao analisarem a experiência da Comuna de Paris; “a classe operária não pode apossar-se simplesmente da máquina de Estado já pronta e fazê-la funcionar para seus próprios objetivos” (MARX, 2008, p. 399). Romper com uma legalidade para eles não significava apenas mudar leis, constituições ou as instituições do Estado, mas quebrar o poder burguês (que se fundamenta no controle dos meios de produção e do processo de produção da riqueza como um todo) e instaurar um novo poder, que terá uma nova qualidade porque assentado em novas relações materiais de produção, assim

de novo vemos como para eles há uma unidade indissociável entre política e economia; a ruptura da legalidade burguesa representa um salto de qualidade porque se trata de uma dominação de uma qualidade diferente, uma nova democracia (ou ditadura do proletariado) que nega a si mesma e começa a extinguir-se.

Tomar o poder para Marx não significa, portanto, apenas se apossar da máquina do Estado burguês ou conquistar espaços nele, mas romper com esse Estado, e a condição imprescindível para esta ruptura é atribuir um novo conteúdo ao Estado (como no exemplo da Comuna, abolindo a propriedade privada, introduzindo a equivalência de remuneração dos funcionários públicos e a revogabilidade dos seus mandatos, suprimindo o exército permanente e substituindo este pelo povo armado, etc.). Engels falará que a Comuna de Paris implicou na “destruição do poder do Estado até aqui existente e sua substituição por um novo na verdade democrático... a ditadura do proletariado”

Em *Estado e a revolução*, ao falar sobre a Comuna, Lenin diz:

A Comuna contentava-se por assim dizer, em substituir a máquina do Estado quebrada por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, elegibilidade e imobilidade de todos os funcionários. Na realidade, ela "contentava-se", assim, em substituir - obra gigantesca - certas instituições por outras instituições essencialmente diferentes. É esse, justamente, um caso de "transformação de quantidade em qualidade": a democracia, realizada tão plenamente e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se, tornou-se proletária, de burguesa que era; o Estado (essa força destinada a oprimir uma classe) transformou-se numa coisa que já não é, propriamente falando, o Estado (LENIN, 1961).

A ruptura com o poder burguês (econômico, político e militar) é a condição imprescindível para a socialização do poder político, algo bem diferente da socialização da política, entendida como a criação de novas organizações no seio da sociedade civil a partir da complexificação da sociedade. Também é verdade que esta ruptura, ainda que seja necessária para a socialização do poder político, não é suficiente, pois eliminar a propriedade privada dos meios de produção, estatizando-os, não é garantia para sua socialização, ou seja, para seu controle por parte dos trabalhadores e para o controle do processo de produção da riqueza e da vida social como um todo (assim como várias experiências socialistas do sec. XX mostraram onde esse poder foi expropriado por uma casta, a burocracia). Será ali que a ruptura terá que ver também com a instauração de uma nova democracia que definha quanto mais se desenvolve. De novo José Paulo Netto enfatizará esse aspecto:

**O pensamento socialista revolucionário, assim, valoriza as exigências**

**democráticas** assumindo-as como inseridas na dinâmica do processo revolucionário; vale dizer: *valoriza-as exatamente quando rompe com a hipostasia da democracia* (NETTO, 1990, p. 83).

A valorização da democracia para os socialistas não seria algo universal e abstrato (portanto, sem conteúdo de classe), mas estaria necessariamente associada a um salto qualitativo da própria democracia que se dá na ruptura com a própria democracia, isto é, quando a democracia deixa de ser a ditadura da burguesia para se tornar ditadura do proletariado. Aqui Netto resgata o caráter classista de democracia, desta forma, aquela concepção de democracia atrelada à ditadura, como unidade de contrários, onde a democracia é sempre ao mesmo tempo o seu contrário (uma ditadura de classe) e esta “se valoriza”, ou seja, muda de qualidade (de ditadura da burguesia para ditadura do proletariado) quando “rompe a hipostasia da democracia”, quando nega a ela mesma, isto é, quando nega a ditadura da burguesia para se tornar ditadura do proletariado. Este salto qualitativo corresponderia à passagem da *democracia-método* para a *democracia-condição social*

Por **democracia-método** deve entender-se o conjunto de mecanismos institucionais que, sob forma diversas (mais ou menos flexíveis), numa dada sociedade, permitem, por sobre a vigência de **garantias individuais**, a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais; quanto à **democracia-condição social**, ela não é um simples conjunto de institutos cívicos, organizados num dado ordenamento político, mas um ordenamento societário em que todos, a par da livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais, tem **iguais chances de intervir** ativa e efetivamente nas decisões que afetam a **gestão da vida social** (NETTO, 1990, p. 85).

Ora, para ter iguais chances de intervir nas decisões que afetam a gestão da vida social há uma condição imprescindível: a socialização dos meios de produção e o controle do processo de produção como um todo por parte da classe trabalhadora.

A estrutura econômica que lhes é própria [a cada formação social] **põe à democracia um limite absoluto**: ela só se **generaliza e universaliza** enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada *na igualdade social real*, ou seja, **na igualdade em face dos meios de produção** - a estrutura capitalista só é compatível com a *democracia-método* (NETTO, 190, p. 76-77).

Theotonio dos Santos (1980) vai na mesma linha de raciocínio de Netto e traz mais elementos que permitem historicizar o debate sobre a relação democracia e socialismo entendendo **a revolução socialista ao mesmo tempo como uma culminação e um rompimento radical com a revolução democrática iniciada pela burguesia no século XVIII**:

É uma culminação porque somente o socialismo pode transformar em realidade os ideais que a burguesia despertou no início da sua revolução, mas que ela só pode realizar como um direito abstrato e formal. Foi dessa maneira

que a **igualdade** de todos os homens **diante da lei não pode trazer a igualdade de oportunidades econômicas** e sociais, diante da monopolização, concentração e centralização dos meios de produção pelo capital. A **liberdade política e individual não pode trazer** para a humanidade **o meio concreto e de autogestionar o Estado em favor das maiorias**, porque o Estado democrático burguês estava submetido ao controle do poder econômico e transformado em um aparelho de execução dos interesses do capital, que afasta cada vez mais a representação da vontade cidadã do real poder de decisão. O **voto universal** se revelou **incapaz de garantir controle do cidadão sobre a política e o Estado**, ao separar a representação política da participação autêntica da cidadania organizada. A **manipulação da cultura e dos meios de informação** pelo capital impediu o pleno desenvolvimento da consciência e do conhecimento indispensável para a participação política e a verdadeira liberdade de informação que a democracia burguesa prometeu (DOS SANTOS, 1980, p.64).

CNC também concordaria com esta formulação, de entender o socialismo como a culminação, ou melhor, a realização dos ideais da revolução burguesa e de fato afirmava que não há democracia sem socialismo; entretanto, também afirmava que não há socialismo sem democracia (sem qualificar de que democracia estaríamos falando já que para ele as conquistas da revolução democrática burguesa têm um valor universal). Eis aqui o nó da questão que diz respeito de novo com a questão da ruptura: dizer “não há socialismo sem democracia” não é a mesma coisa que dizer “não há socialismo sem ditadura do proletariado”, pois a segunda afirmação implica uma ruptura de uma democracia (ditadura da burguesia) para outra democracia (ditadura do proletariado) que a primeira afirmação não contempla. Theotonio explicita os termos desta ruptura.

Ao mesmo tempo o socialismo é um rompimento com essa democracia. Primeiro porque **separa** radicalmente o **direito político do indivíduo do direito à propriedade privada dos meios de produção**, opondo-se à falsa unidade teórica entre esses dois termos tal como se apresenta na ideologia burguesa. Segundo, porque **institui a representação de classe** e sua organização política como princípio de ordenamento do Estado, superando a fantasia a-classista proposta pela democracia burguesa e seu falso conceito de cidadão como indivíduo totalmente independente da sua condição social. Terceiro, porque muda radicalmente as relações de produção ao permitir a remuneração do trabalho segundo o princípio da participação na produção e institui a planificação global e obrigatória da produção. Com isso **destrói o direito de livre contratação** que é um dos pilares do liberalismo burguês. O socialismo rompe ainda mais com a democracia burguesa ao ter por objetivo a superação histórica da escassez, da contradição entre campo e cidade, da existência das classes sociais, e **ao pretender instituir uma sociedade baseada na remuneração do indivíduo segundo suas necessidades** e de pedir-lhe sua contribuição à sociedade conforme sua capacidade. Esses princípios, que darão origem a um modo de produção novo (o comunismo) **rompem absoluta e radicalmente com a própria ideia do Estado, que representa o governo do homem sobre o homem, e com a necessidade de qualquer forma de governo constrictiva; isto é, ao eliminar toda forma de governo, supera a democracia como realidade e como objetivo**. Para alcançar esses objetivos históricos é necessário, no entanto, assegurar pelo próprio caminho de dominação que outras classes utilizaram no passado, a transição para a nova sociedade. O Estado, baseado em uma democracia que

assegura a hegemonia da classe revolucionária, o proletariado, será uma necessidade inevitável da etapa socialista. E **ao falar de Estado**, os marxistas (como os liberais) **falam da hegemonia da força, da soberania e da violência organizada**, portanto, do que se chamava no século XIX, a ditadura de classe (DOS SANTOS, 1980, pp. 65-66).

Podemos resumir este debate sobre a ruptura da seguinte maneira: a condição imprescindível para a socialização do poder político é a ruptura com ordem burguesa, portanto, a socialização dos meios de produção e a ruptura com a legalidade e a institucionalidade burguesa; é essa ruptura a única que produz o salto de qualidade de democracia método para democracia condição social. Entretanto, para os formuladores da EDP no socialismo haveria um “pluralismo social” isto é, uma economia mista com diferentes formas de propriedade, incluindo sucessivamente empresários de grande porte; além disso

o **socialismo**, em qualquer forma imaginável, **deve ser concebido como uma possibilidade, não como uma necessidade histórica**. Depois dos acontecimentos de 1989-1991, não será difícil para os socialistas entender que eles não são afinal, donos do futuro (...) se a história, como dizia Lord Acton, é a história da liberdade, o futuro simplesmente não tem dono. Esta é a mais promissora dentre muitas lições dadas pelos acontecimentos de 1989-1991 (WEFFORT, 1992).

Eis aqui o fim da necessidade de superação do capitalismo para a sobrevivência da humanidade e do planeta, o socialismo se torna uma possibilidade, não mais como a alternativa a barbárie e a existência de um ou outro dependerá da capacidade dos “adversários” (e não das classes) de conquistar a legitimidade, ou a hegemonia (entendida como sinônimo de consenso), da maioria da sociedade civil.

A democracia pela qual luta o PT não consiste em “democracia para uma maioria e ditadura para a minoria”. Como demonstrou Rosa Luxemburgo, ou a democracia é para a minoria ou simplesmente não é democracia (...) obviamente, a ordem socialista, como todo instrumento jurídico, **disporá de instrumentos legais** de sanção de comportamentos **que infrinjam** as normas de convivência econômica, social e política instituídos por **vontade da maioria**. Mas para que sejam democráticas, a minoria tem direito de expor seu pensamento, apresentar sua alternativa, fazer proselitismo em torno delas, e inclusive, a possibilidade concreta de tornar maioria. A grande diferença é que, **em uma ordem socialista, a burguesia não disporá – como dispõe hoje – de meios desproporcionais para influenciar e dominar as pessoas** (riqueza, monopólio dos bens de produção, controle da grande imprensa e dos meios de divulgação de massa). **Com todos esses meios equitativamente distribuídos, se os burgueses conseguirem convencer a população** de que seu regime econômico e político traz mais benefícios do que o socialismo, então é porque este não merece mesmo o poder (ARRUDA SAMPAIO, 1986, p. 127).

Vemos aqui uma fé nos instrumentos legais para impor a vontade da maioria (e veja-se bem é da “maioria” e não da classe trabalhadora), como se os órgãos de repressão Estado burguês (como as Forças Armadas) estivessem acima das classes.

Segundo, de novo o socialismo aparece como uma opção, uma possibilidade que tem que ser escolhida pela “maioria da população” que seja “convencida” que este seja o melhor regime econômico e político; mas ali sim, será um regime onde haja um “controle dos meios (riqueza, meios de produção, imprensa, etc.) da burguesia para que esses meios não sejam desproporcionais” e assim “equitativamente distribuídos” as “pessoas” poderão ser “convencidas” sobre “qual regime econômico e político traz mais benefícios”, o socialismo ou o capitalismo. É como se o sistema que terá que existir é o que fizer a melhor propaganda e consiga convencer a maioria através de “meios equitativamente distribuídos”; na verdade foi assim mesmo que o PT entendeu como fazer política, centrando sua principal atenção nos momentos eleitorais e contratando para isso os melhores marqueteiros para ganhar as eleições. A ilusão de poder “controlar os meios que a burguesia tem para influenciar as pessoas” vem da concepção de Estado burguês como espaço de disputa, que dependendo da correlação de forças poderá ser democratizado e assim poderá controlar o poder da burguesia. Aqui de novo lembramos da concepção de Estado de Kautsky, que apesar de reconhecer o caráter de classe do Estado, afirmava que dependendo da correlação de forças este poderia ser controlado por uma classe ou por outra.

As concepções de socialismo de Coutinho são as mais próximas daquelas do socialismo petista na sua fundação, se distanciando de duas tradições, a do socialismo burocrático soviético e do socialismo reformista da socialdemocracia.

**Não** queremos um socialismo de tipo **burocrático**, já que a experiência dos países do chamado socialismo real revelou que a ausência de democracia não é apenas um limite do socialismo, mas algo que compromete a própria essência do socialismo. Mas tampouco queremos uma simples **socialdemocracia** no sentido usual da palavra, ou seja, uma gestão eficiente do capitalismo, com atendimento de interesses corporativos da classe operária (...) que tenha como meta final o estabelecimento de um Welfare State (...) queremos ir além da socialdemocracia no sentido de **um socialismo baseado na democracia política** que seja fundamentalmente **pluralista**, onde a sociedade civil seja autônoma em relação ao Estado, e, mais que isso, seja capaz de absorber progressivamente os mecanismos coercitivos e burocráticos do Estado, substituindo-os por aparelhos consensuais; onde a economia seja uma **economia mista**, onde os grandes meios de produção devem ser certamente socializados, mas não toda a economia do país (quer dizer, o botequim da esquina continuará em mão do botequineiro, o restaurante na mão do dono do restaurante, a pequena propriedade rural na mão do camponês, a pequena e média empresa sob propriedade privada, etc.) onde haja **pluralidade de partidos** – isso é algo fundamental – e não só partidos de esquerda, mas **também de partidos que se oponham ao governo socialista**, quando o fizerem no marco da legalidade estabelecida; onde haja garantida **alternância de poder** (...) **socialismo sem democracia não é socialismo. Só há socialismo onde há plena expansão das liberdades de opinião, dos direitos humanos** (...) o socialismo não recolhe apenas os

valores democráticos radicais, da democracia participativa, de base; tem de recolher também a herança do pensamento liberal no que esse tem de mais avançado, a herança dos direitos fundamentais **do pluralismo, da tolerância** (COUTINHO, 1986: pg.134).

O caminho para o socialismo para os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora que informaram a EDP seria então: 1) “disputar as ideias socialistas” ao interior da sociedade civil através do convencimento da quantas mais pessoas para poder ganhar sua legitimidade e 2) avançar no controle do Estado burguês, democratizando-o, introduzindo “elementos de socialismo” que permitam modificar a correlação de forças e conduzir a uma superação gradual do capitalismo. Como fazer isso? Duas tarefas aponta Coutinho:

Primeiro, **fortalecer a sociedade civil**; para isso, trata-se de organizar a população, de organizar partidos realmente representativos, de fortalecer o movimento sindical, os aparelhos privados de hegemonia em geral. Nesse nível é possível e necessário um acordo e entendimento com os liberais modernos. E uma segunda tarefa fundamental é a de **construir um bloco das esquerdas** interessado em transformações sociais profundas, **que mudem a correlação de forças no sentido da progressiva conquista do aparelho do Estado** pelo conjunto das forças ligadas ao mundo do trabalho (COUTINHO, 1986, p. 133).

Ora se para a EDP a tarefa é fortalecer a sociedade civil e conquistar progressivamente os aparelhos do Estado burguês, através da disputa de ideias entre os “adversários” (na versão de Weffort e Arruda Sampaio) ou através do fortalecimento de uma democracia de massa introduzindo elementos do socialismo (na versão de CNC); se o objetivo é democratizar o Estado para controlá-lo progressivamente respeitando as “regras do jogo”, qual será a forma de partido necessário para esta transição?

Será um partido “democrático”, que se distancie da tradição estalinista e que se adeque às condições “ocidentais” do Brasil, portanto um partido que “respeite as regras do jogo”, que “não seja militarizado e nem golpista”, que “não que tenha a pretensão de ser vanguarda”, que seja pluralista ao seu interior, ou seja, que aceite entre seus integrantes os que pensam “diferente”, por exemplo, os pequenos e médios “empresários” (sucessivamente, serão empresários de qualquer porte desde que sejam “produtivos”) que defendem o capitalismo; e um “partido de massa, pois essa é a única forma de contribuir para a construção da hegemonia numa sociedade complexa e “ocidental” como a brasileira de hoje.” (COUTINHO, 1986, p. 135). Iasi (1987) num texto de disputa interna no PT, alertará o novo oportunismo que se esconde atrás desta concepção de partido (de massa, democrático e que recusa “as vanguardas”):

Em recente encontro estadual do PT definiu-se que não estamos numa crise revolucionária, portanto **o momento é de ocupar espaços na sociedade**

**civil**, nas instituições, no movimento sindical prioritariamente através das eleições na participação no Parlamento, etc. (...) Portanto, coerente a isso, a forma da organização deve ser em **partidos de massa**, sindicatos de massa, uma vez que o momento é **expandir a proposta do partido a um conjunto o maior possível de pessoas dentro da sociedade** (...) nenhum partido de quadros verdadeiramente marxista nega o trabalho frente a massa e sua importância, **ninguém nega que a revolução deve-se realizar com a participação da massa** nas ações, que levaram a derrubada do Estado burguês e a construção do socialismo, só algumas “seitas” pensam assim. No entanto, qualquer sindicalista, qualquer militante sincero sabe o trabalho de massa mais eficiente em relação direta à qualidade dos quadros que nele agem. (...) Perguntamos: o que é um partido de massa? Nos respondem: um partido aberto, que traga em suas fileiras um maior numero possível de trabalhadores (...) o que significa isso? Significa que **para entrar no partido basta preencher uma fichinha** que (salvo casos por nós conhecidos) entram sem nenhum problema para os registros partidários (e dos cartórios). A partir dali o militante pode participar do partido em todos os níveis (...) os oportunistas sutis nos dizem que **o partido “cresceu”** em todo o país, sem duvida isso é verdade (...) **Mas cresceu sua força de classe, sua eficiência como organização de classe? (...) quantos “militantes” realmente leram o programa do partido? Quantos tem clareza do que devem fazer para transformar este programa num plano de ação?** (...) para o oportunismo não interessa quadros que possam assumir a tarefa revolucionaria, interessa “ampla” área de influência. Porque? Porque para a via traçada prioritariamente através das eleições o papel reservado à massa é votar, e para isto basta o carisma de alguém e a “influência” sobre a massa (IASI, 1987).

Se o objetivo é “disputar o consenso” e ganhar as eleições, os dirigentes do PT não estão interessados em “construir o proletariado em partido”, mas de “construir o partido do proletariado”, o Partido da “massa trabalhadora” e não o Partido da “classe trabalhadora”. Esta concepção de partido esta atrelada a uma concepção de hegemonia entendida como uma direção moral e cultural da sociedade a partir da formação do consenso e da disputa de ideias e valores e da inserção nas instituições democráticas do Estado burguês. Esta concepção menospreza o conteúdo material dela, ou seja, o “convencimento” dos trabalhadores produzido diariamente a partir da posição subordinada que esses ocupam nas relações materiais de produção, da “hegemonia que nasce no chão da fábrica” (ou nos locais de produção de mais-valia), como o mesmo Gramsci apontou, ou seja, o fato que elas/es são “convencidos livremente obrigados” a vender a única mercadoria que ele/ela possuem, sua força de trabalho, caso contrário morrem de fome, e são “convencidos-obrigados” a respeitar uma disciplina de trabalho, eles são “educados na fábrica”. Além disso, hegemonia é também aquela exercida pela vida cotidiana atual da classe trabalhadora: é a hegemonia exercida por um metabolismo social sempre mais alienado e reificado já que quase todo espaço de intercâmbio social é mediado pelas mercadorias como nunca antes, onde mais do que nunca “sou o que tenho” e onde opera a lógica do “salve-se quem puder” que isola, apassiva, imobiliza, desmobiliza, despolutiza; é a hegemonia da naturalização da violência, da

espetacularização e banalização da vida, da exacerbação da frivolidade e do hedonismo, do sequestro das/os trabalhadoras/es pelo mundo virtual e a desconexão do mundo real.

A nosso ver, assim como a hegemonia não pode prescindir do uso da força e da dominação econômica, a correlação de forças se modifica com avanços e recuos da força expressa pelas classes em luta (nos diferentes espaços da sociedade civil e principalmente nos locais de produção de mais-valia) e não simplesmente pela disputa de suas representações políticas no Estado burguês e do consenso. E a concepção de “tomar o poder” está associada à concepção de Estado. Si entendermos o Estado, assim como o capital, não como coisa, mas como uma relação social entre classes, e para sermos mais precisos como a “condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classes” (POULANTZAS, 1981, p. 147), “tomar o poder” não pode ser entendido como a ocupação de um espaço, já seja na sociedade política ou na sociedade civil, já que o poder não está na toma de algo mas na alteração de uma relação social; “tomar o poder” significará, portanto, alterar essa relação social destruindo o poder de uma classe e construindo o poder de outra.

Mas isso depende do entendimento de classe que tivermos; classe não se define para nós apenas pela posição ocupada no modo de produção (muito menos pelo nível de renda/consumo como entendido pelo petismo hoje), mas também pelo nível de consciência daquele setor da sociedade que ocupa um lugar no modo de produção sobre sua condição de classe e pela atuação desse setor na luta contra outra classe. Não é a quantidade de trabalhadores envolvidos num projeto ou ocupando um espaço dentro do Estado “ampliado” (sociedade política + sociedade civil) que define o poder da classe trabalhadora e, portanto, que pode acumular forças ou alterar a correlação de forças em favor da classe trabalhadora; o que define seu poder é quando esta quantidade (de trabalhadores) se transforma em qualidade (em classe). A única forma para alterar a correlação de forças em favor da classe trabalhadora é “construindo o proletariado em partido” ou em “classe”, isso é construindo a autonomia e independência de classe dos trabalhadores na luta contra a burguesia e seu Estado, entorno de um projeto contra o capital e pela socialização dos meios de produção e do processo de produção como um todo e, portanto, na luta pela socialização do poder político.

Estas distintas concepções de poder, Estado e classe estão atreladas também com distintas concepções de correlação de forças. Para Coutinho a correlação de forças se altera através da progressiva conquista dos aparelhos do Estado introduzindo elementos

de socialismo (que representariam as múltiplas rupturas) e para Weffort a correlação de força mudaria na medida em que ampliamos o bloco democrático-popular. Muitas vezes já escutamos por militantes do PT e seus satélites (partidos da base aliada, centrais sindicais e movimentos sociais que gravitam entorno deste) que não tem como avançarmos mais nas mudanças porque não temos uma correlação de forças favorável, porque o Congresso está controlado pelos setores conservadores e porque a Rede Globo mente e manipula a realidade e o povo a favor da direita. Atrás destas afirmações há uma concepção de correlação de forças que pressupõe que a força estaria centrada no controle dos aparelhos do Estado (sociedade política) e nos aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil) como é o caso dos meios de comunicação<sup>6</sup>. Essa análise da correlação de forças é coerente com uma concepção de Estado (incluindo os meios de comunicação como parte do Estado “ampliado”), como instrumento/coisa e a posse dele como fonte de poder (portanto, no exemplo anterior, se não controlo o Congresso e a mídia não tenho o poder suficiente para realizar as mudanças); nessa visão não aparece a análise da correlação de forças a partir da análise das classes em luta.

Ao nosso entender, para fazermos uma correta análise da correlação de forças teríamos que partir primeiro de uma atualização das relação matérias: nas *condições objetivas*, identificando o eixo de acumulação do capital, isto é, o *padrão de reprodução do capital* (categoria acunhada por Jaime Osorio), identificando os *setores mais dinâmicos do capital* e sua *composição orgânica*, ou seja, identificando a fração burguesa hegemônica no bloco de poder e a situação da classe trabalhadora do ponto de vista das condições materiais de sua reprodução<sup>7</sup> e a inserção das classes e suas frações na *divisão internacional do trabalho*; enfim, tudo o que, como afirma Marx, podemos medir com a exatidão das ciências exatas. Ademais de ter claro esse mapa das condições objetivas desde a crítica da economia política, precisaremos analisar os elementos subjetivos da luta de classe, isto é o nível de organização e unidade tanto das frações burguesas como da classe trabalhadora entorno de um projeto de classe; assim como identificar qual é o projeto político que hegemoniza a atuação política dos trabalhadores e quais os demais projetos em disputa. Qual é o caráter do Estado burguês, quais suas

---

<sup>6</sup> Curiosamente, dentro da sociedade civil, os locais de produção de mais-valia quase nunca são lembrados como espaços de disputa de hegemonia, e quando são lembrados são apenas mais um entre muitos espaços onde se disputa a hegemonia.

<sup>7</sup> Relação do salário com custo de vida, ou melhor, com o valor de reprodução da força de trabalho, níveis de pobreza, de acesso a educação, saúde, moradia, todos eles discriminados por gênero e raça.

formas de dominação político-ideológica para operar como fator de contratendência das crises do capital e de desmonte da organização autônoma dos trabalhadores. A análise de correlação de forças, assim entendida, partiria de outra concepção de hegemonia, não apenas entendida como disputa de ideias-concepções de mundo e de espaços na sociedade política, mas de disputa de um poder de classe entre as classes em luta.

Se como vimos acima, as tarefas principais para o desenvolvimento da EDP eram “disputar as ideias socialistas” ao interior da sociedade civil através do convencimento de quantas mais pessoas para poder ganhar sua legitimidade e avançar no controle do Estado burguês, democratizando-o, a forma que o PT assumiu foi coerente com a estratégia: um partido que para “ganhar o consenso da maioria” e ganhar as eleições para “avançar no controle do Estado” se apresentasse como um partido “democrático”, ou seja, que respeitasse as “regras do jogo” e fosse não violento nem militarizado; que fosse de “massa”, no sentido de se preocupar a identificar militantes que tivessem “influência” sobre as massas e não que fossem “organizadores da classe”; que fosse pluralista, no sentido de aberto a receber quem pudesse ser útil a dar algum retorno eleitoral ou que tivesse “influência” nas massas. O PT, portanto, assumiu a forma necessária para o desenvolvimento da EDP e desenvolveu a estratégia, independentemente que esta não deu os resultados esperados (de fato não se disputaram “as ideias socialistas” pelo contrário desapareceu o socialismo do discurso público e da agenda política do PT e tampouco se acumularam forças dentro do Estado, pelo contrário o partido ficou sempre mais refém da direita e desarmou a classe). Lembremos, a estratégia é o caminho proposto para alcançar um objetivo estratégico, não o objetivo em si, portanto não podemos avaliar a sua realização a partir dos resultados obtidos mas a partir do cumprimento do caminho escolhido.

### Referências

ARRUDA SAMPAIO, Plinio. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira In **Crítica Marxista: a estratégia revolucionária na atualidade**. São Paulo: Joruês 1986.

CASTRO, Fidel. Una revolución no se hace con la ley. Discurso no Club Rotario de La Habana, 15 de Janeiro de 1959. In: CASTRO, Fidel, **El pensamiento de Fidel Castro: selección temática**. La Habana: Editora Política, 1983.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. **Encontros com a**

**Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro: n. 9, março 1979, p. 33-47.

\_\_\_\_\_. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. In **Crítica Marxista: a estratégia revolucionária na atualidade.** São Paulo: Editora Joruês, 1986.

DOS SANTOS, Theotônio. A viabilidade do capitalismo dependente e a democracia. In: WOLFE, Alan, DOS SANTOS, Theotônio, GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **A questão da democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 1980.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FONTES, Virginia. **Verbete sobre Hegemonia.** Inedito

GRAMSCI, Antonio. GRAMSCI, Antonio. **L'ordine nuovo (1919-1920).** Torino: Giulio Einaudi Editore, 1955.

\_\_\_\_\_. **Quaderni dal cárcere.** Torino: Giulio Einaudi Editore, 2001.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe:** o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **Inventario sobre a Estrategia Democrático e Popular.** Gravação de curso, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **O PT e a Revolução Burguesa no Brasil.** Artigo no prelo, 2014.

\_\_\_\_\_. Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política. In: IASI, Mauro Luís; GRANJA COUTINHO, Eduardo. **Ecos do Golpe:** a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Morula, 2014b.

LENIN, Vladimir Ilich. **El Estado y la Revolución.** La Habana: Editora Política, 1963.

MACHADO, João. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. In **Crítica Marxista. A Estratégia revolucionária na atualidade.** São Paulo: Editora Joruês, 1986.

MANSUR, Isabel, MARTINS, Caio, MOTTA, Stefano, NEVES, Victor, PRADO, Fernando. A “Estratégia Democrática e Popular” e um inventário da esquerda revolucionária. In: **NIEP-Marx e o Marxismo**, v.2, n3, 2014.

MARX, Karl. A guerra civil na França. In: **A revolução antes da revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, José Paulo. **Democracia e transição socialista:** escritos de teoria e pratica. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1990.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução Brasileira.** São Paulo: Editora Brasileiense,

1968.

WEFFORT, Francisco. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. In **Crítica Marxista. A Estratégia revolucionaria na atualidade**. São Paulo: Joruês, 1986.